

PRIMEIRA SESSÃO - PLENÁRIA

BOAS-VINDAS E INTRODUÇÃO

Virginia Gamba, Chefe do Programa de Gestão de Armas, Instituto de Estudos sobre Segurança

A África progrediu imenso em termos de controlo de armas ligeiras, especialmente nos últimos sete meses. É uma das poucas regiões do mundo onde crianças de oito anos de idade que não sabem ler nem escrever, sabem matar com armas.

Levou anos para que a comunidade da África Austral desse a necessária atenção a esta questão. Mas à medida que a África Austral tomou controlo do seu próprio destino, nos anos 90, o impacto das armas ligeiras neste destino tornou-se evidente. Existem milhões de armas ligeiras deixadas pelos conflitos na região as quais instigam um ciclo de crime, violência e insegurança.

Tal facto tem sido finalmente reconhecido. A cimeira da Organização de União Africana (OUA) realizada na Argélia em Julho de 1999 solicitou uma conferência Africana sobre armas ligeiras no ano 2000, em preparação para a conferência das Nações Unidas sobre o tráfico ilegal de armas ligeiras em todas as suas facetas, a realizar-se no ano 2001. A Organização para a Cooperação Regional dos Commandante-gerais da Polícia da África Austral (SARPPCO) emitiu em Julho uma declaração sobre armas ligeiras, e o Conselho de Ministros da

À medida que a África Austral tomou controlo do seu próprio destino, nos anos 90, o impacto das armas ligeiras neste destino tornou-se evidente

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) estabeleceu um grupo de trabalho sobre armas ligeiras durante a sua última cimeira realizada em Maputo em Agosto.

Estas iniciativas providenciam uma plataforma a partir da qual a região pode agir. O desafio que se apresenta é assegurar que estas iniciativas sejam expandidas ainda mais e implementadas eficientemente. A África Austral é responsável pelo seu próprio futuro e a resolução do problema da proliferação de armas ligeiras é essencial para tal.

Paul Eavis, Director, Saferworld

Este seminário marca o crescente nível de cooperação entre a União Europeia (UE) e a África Austral para tentar solucionar a propagação de armas ligeiras. Em Maio de 1998, a Saferworld e o Instituto de Estudos sobre Segurança (ISS) organizaram a primeira reunião na qual oficiais dos governos de ambas regiões se juntaram para discutirem esta questão. Na altura, a União Europeia tinha acabado de aprovar um programa para prevenção e combate do tráfico ilegal de armas, e a cooperação com a África Austral foi a primeira tentativa de pôr em prática este programa. A África Austral foi identificada como a região com a qual a União Europeia poderia cooperar nesta questão, devido ao facto de que os governos da região já tinham reconhecido a existência do problema das armas ligeiras e estavam a tomar medidas para o solucionar.

O seminário em Maio de 1998 deu origem a um Programa de Acção Regional da África Austral sobre Armas Ligeiras e Tráfico Ilegal de Armas. Este quadro referencial para cooperação identifica a necessidade para se tomarem medidas em quatro áreas:

- combater o tráfico ilegal;
- reforçar os regulamentos e controlos relativos à acumulação e transferência de armas;
- incentivar a remoção de armas da sociedade e a destruição de armamento excedentário; e
- incentivar a transparência, troca de informações e concentração sobre a questão de armas na África Austral.

O Programa de Acção foi subsequentemente endossado pelos Ministros durante a cimeira da UE-SADC que se realizou em Viena em Novembro de 1998 e tem sido citado pela OUA e pelas NU. O desafio que se apresenta agora à região é implementar o programa com sucesso. Tal requer a identificação de projectos

OBSERVAÇÃO INICIAIS

Sr B Malate, Coordenador Nacional para SADC, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Moçambique

Existe consenso geral de que os problemas do tráfico ilegal de armas e a posse ilegal de armas encorajam a criminalidade, instigam o conflito e inibem o investimento, consequentemente impedem um desenvolvimento sustentável.

As causas para a proliferação de armas são complexas. Para além disso, a proliferação é exacerbada pela pobreza geral prevalecente na região, existe uma forte ligação entre o desemprego e o crime, e a vulnerabilidade resulta no recurso a armas como um meio de sobrevivência.

Mesmo assim, as armas ligeiras podem ter um uso legítimo, por exemplo, quando usadas pela polícia no combate ao crime. A tentativa de resolução desta questão é portanto, uma tarefa delicada.

Os países da SADC lançaram muitas iniciativas recentes para tentarem solucionar a questão das armas ligeiras, a última destas sendo o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre armas ligeiras, e a SARPCCO deu também passos importantes. Estas medidas mostram que a região encara com seriedade a tarefa de tentar solucionar a proliferação de armas ligeiras, e que reconhece que a cooperação com países de outras regiões, tanto, a fabricantes de armamento como doadores, é essencial.

Este seminário providencia uma oportunidade importante para pôr em evidência as prioridades da região e estabelecer modos práticos de implementar o Programa de Acção da África Austral. Irá, sem dúvida, reforçar a cooperação entre a UE e a SADC nesta questão vital. Estamos esperançados de que

Não há dúvidas sobre a urgência do problema de armas ligeiras. Mas a atenção agora deve ser a procura de soluções

este acontecimento seja seguido de iniciativas concretas para combater o problema da proliferação descontrolada de armas ligeiras.

Anu Saarela, Ministério de Negócios Estrangeiros, Finlândia

A Presidência da União Europeia reconhece e dá valor às actividades, criatividade e valiosos esforços empenhados pelas organizações não-governamentais (ONGs) relativamente à questão da proliferação de armas ligeiras.

Não há dúvidas sobre a urgência do problema de armas ligeiras. Mas a atenção agora deve ser a procura de soluções. No seio da União Europeia existe um compromisso geral para se fazer o melhor possível no sentido de identificar soluções para este problema nas várias partes do mundo. Reconhece-se que é necessária uma abordagem multifacetada que leva em consideração um contexto mais amplo. A este respeito, as dimensões do controlo de armas, aplicação da lei e desenvolvimento, devem ser avaliadas.

A UE tenciona estar na vanguarda da tomada de acção em prol de medidas efectivas para tentar solucionar o problema de armas ligeiras de um modo amplo. O instrumento chave a este respeito é a Acção Conjunta da União Europeia, a qual foi adoptada em Dezembro de 1998, com o intuito de contribuir nos esforços para combater a acumulação destabilizadora e propagação de armas ligeiras. A este respeito, a UE procura o apoio de África relativamente aos princípios na base da Acção Conjunta e o bom acolhimento que esta recebeu em recentes declarações na cimeira da OUA e na reunião geral da SARPCCO representa um passo importante para uma maior cooperação.

O problema da acumulação destabilizadora e propagação de armas ligeiras tem de ser tratado a diferentes níveis. O ponto fulcral do esforço global é a conferência internacional das NU sobre o tráfico ilegal de armas, em todos os aspectos, a qual está planeada para ter lugar no ano 2001, e a qual, esperamos, consiga resultados tangíveis e substanciais.

Os empreendimentos globais têm que ser complementados com esforços a nível regional. A UE iniciou o diálogo com várias regiões do mundo, especialmente com aquelas mais severamente atingidas pelo problema das armas ligeiras. Uma das suas prioridades é a intensificação da cooperação com a região da SADC. A União Europeia está pronta para um diálogo aberto, franco e construtivo que resulte na cooperação para a identificação e desenvolvimento de modos concretos de solucionar o problema.

dúvida, uma maneira de se fazê-lo.

ACTUALIZAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTOS RECENTES

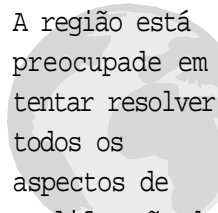
Sr. C N C Mangwana, Ponto de Contacto
Nacional da SADC, Departamento de
Negócios Estrangeiros, Zimbabwe

O Conselho de Ministros da SADC, na sua reunião realizada em Maputo a 14 de Agosto de 1999, decidiu no modo como prosseguir para a resolução da questão de armas ligeiras na região. A SARPCCO foi identificada como a agência de implementação para quaisquer programas e projectos neste campo. Foi constituído um grupo de trabalho para tratar de questões relativas a armas ligeiras, o qual é composto pela SARPCCO, pelo secretariado da SADC, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe, com a Suazilândia a presidir. A nomeação desta última faz sentido, uma vez que a Suazilândia exerce já a presidência da SARPCCO.

O Comité foi incumbido de elaborar uma política de acção da SADC relativamente à proliferação de armas ligeiras. Os termos de referência, portanto, têm de ser definidos e devem ser efectuados estudos preliminares, tanto de teste como de campo, como os primeiros passos necessários para a formulação de tal política.

O Conselho de Ministros reconheceu que a SADC não consegue solucionar sozinha a questão das armas ligeiras. A comunidade internacional é, portanto, convidada a providenciar assistência à região na elaboração de tal política, a qual deve constituir um quadro referencial prático e realizável para tentar resolver estas questões preocupantes.

Este assunto faz parte da ordem de trabalhos para a reunião de oficiais superiores da SADC e da UE a realizar-se em Harare nos princípios de Novembro de



A região está preocupada em tentar resolver todos os aspectos de proliferação de armas ligeiras, incluindo o seu fabrico e distribuição, importação e exportação

1999. Será também discutida durante a conferência consultiva entre a UE e a SADC a realizar-se a 14 e 15 de Fevereiro do ano 2000.

A região está preocupada em tentar resolver todos os aspectos de proliferação de armas ligeiras, incluindo o seu fabrico e distribuição, importação e exportação. Estas questões preocupam a todos - Europa, África Austral, África e Américas. E não constituem somente a responsabilidade dos governos, mas também da sociedade civil - ONGs, sindicatos, professores, escolas e mais.

A proliferação de armas ligeiras requer soluções urgentes, bem ponderadas e políticas de acção correctas necessárias para se solucionar esta questão importante e na verdade extremamente séria.

Andreas Berg, Ministério de Negócios Estrangeiros, Alemanha

O desenvolvimento mais significativo na UE foi o acordo, em Dezembro de 1998, sobre uma Acção Conjunta da UE com três objectivos:

- combater e contribuir para pôr termo à acumulação destabilizadora e propagação de armas ligeiras;
- contribuir para a redução dos presentes níveis de acumulação destas armas para níveis consistentes com as necessidades legítimas de segurança de cada país; e
- ajudar a solucionar os problemas causados por tais acumulações.

O Artigo 4 da Acção Conjunta garante que se providenciará assistência e apoio material a países empenhados em estabelecer um controlo mais efectivo, ou a eliminar as suas armas excedentárias. Tal é especialmente importante em áreas onde despontam crises. É essencial que sejam detectados, na sua origem, fornecimentos em excesso e que se tomem provisões para o seu armazenamento seguro e rápida destruição.

No contexto da desmobilização, são necessárias medidas para reintegrar ex-combatentes bem como incentivos para a entrega voluntária de armamento. A recolha de armas numa situação de pós-conflito só será bem sucedida se, preferivelmente na base de um acordo de paz, for criado um ambiente seguro (o conceito de 'segurança acima de tudo'), e sejam providenciados incentivos para um desenvolvimento económico e social sustentável. Onde as partes envolvidas no conflito sejam incapazes de chegar elas próprias a um acordo, as NU devem actuar dentro do contexto das suas operações de estabelecimento ou manutenção de paz, de modo a assegurar a

desmobilização dos ex-combatentes e a eliminação de armamento excedentário.

A UE compromete-se a providenciar apoio financeiro e técnico concreto para programas e projectos com o objectivo de solucionar o problema de armas ligeiras. Os fundos Política Externa e de Segurança Comum (Common foreign and Security Policy fund) estão a ser usados para apoiar um programa de armamento para desenvolvimento em Gramsh na Albânia. Se este fôr bem sucedido, este projecto-piloto será seguido de outros projectos em outras províncias da Albânia. Estão presentemente a ser avaliados outros projectos da UE na Cambôdia e em Ossetia.

O Conselho de Ministros da UE responsável por questões de desenvolvimento concordou em Maio apoiar projectos de desenvolvimento que providenciem incentivos para a entrega voluntária de armamento ligeiro excedente ou em posse ilegal, a destruição de armas e engenhos, a desmobilização de combatentes e a sua reabilitação e reintegração na sociedade, bem como medidas para restabelecer e manter a lei e a ordem.

No entanto este apoio será somente oferecido a países que respeitem os direitos humanos, o direito internacional e boa governação e que estejam empenhados em pôr fim à proliferação e nova acumulação destabilizadora de armas ligeiras.

O Artigo 3 do Programa de Acção Conjunta - prevenção - identifica modos de estabelecer medidas efectivas para neutralizar a acumulação destabilizadora de armas ligeiras, que ultrapasse as necessidades legítimas de segurança de um país. Reservas legítimas de armas são definidas como armas a um nível necessário para assegurar a defesa externa de um país, manter a lei e a ordem e apoiar os esforços internacionais para resolver conflitos.

Inicialmente, os países devem decidir por si próprios

O Programa de Acção Conjunta propõe também a adopção de medidas para instauração de confiança as quais poderiam resultar numa crescente transparência

quais são estas necessidades. Mas o Programa de Acção Conjunta propõe também a adopção de medidas para instauração de confiança - registos regionais e troca de informação sobre exportação, importação, produção e reservas de armas ligeiras - as quais poderiam resultar numa crescente transparência entre os países numa região e encorajá-los a trocar informações sobre dados e níveis de respectivas reservas de armas ligeiras. Espera-se que os países pertencentes a uma região procurem estabelecer os detalhes sobre as suas respectivas reservas de armas ligeiras através do diálogo.

Para além disso, os países deveriam fornecer armas ligeiras só a governos, os quais se deveriam comprometer, por conseguinte, a adquirir estas armas só para as suas necessidades legítimas de segurança. Na essência, indivíduos particulares seriam proibidos de ter em sua posse armas ligeiras de especificação militar.

Países associados na Europa Central e Oriental, os países da EFTA da Área Económica Europeia, o Canadá e a África do Sul deram já o seu apoio ao Programa de Acção Conjunta. Através desta acção conjunta, a Europa simplesmente deseja oferecer assistência para tentar solucionar uma situação que é inaceitável, e não impôr aos outros. Quaisquer sugestões e melhoramentos a este programa são bem-vindos.